



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

DAIANA OLIVEIRA DE MESQUITA LIMA

**A CONTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE NO PROCESSO
DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFAC E
NA UFPB.**

João Pessoa
2023

DAIANA OLIVEIRA DE MESQUITA LIMA

**A CONTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE NO PROCESSO
DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFAC E
NA UFPB.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Curso de
Pedagogia, da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito para obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia com
área de aprofundamento em Educação
Especial, sob orientação da Prof.^a Dr.^a.
Adenize Queiroz de Farias

João Pessoa
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732c Lima, Daiana Oliveira de Mesquita.

A contribuição dos núcleos de acessibilidade no processo de inclusão de estudantes com deficiência visual na UFAC e na UFPB. / Daiana Oliveira de Mesquita Lima. - João Pessoa, 2023.

54 f.

Orientação: Adenize Farias.
TCC (Graduação) - UFPB/CE.

1. Ensino Superior. 2. Núcleo de acessibilidade. 3. Inclusão. I. Farias, Adenize. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37

DAIANA OLIVEIRA DE MESQUITA LIMA

**A CONTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE NO PROCESSO
DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFAC E
NA UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Curso de
Pedagogia, da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito para obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia com
área de aprofundamento em Educação
Especial, sob orientação da Prof.^a Dr.^a.
Adenize Queiroz de Farias

Aprovada em: 07/06/2023

BANCA EXAMINADORA

ADENIZE QUEIROZ DE FARIAS

Profa. Dra. Adenize Queiroz de Farias (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins (Examinadora Interna)
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Munique Massaro (Examinadora Interna)
Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus, por me capacitar e amparar em toda minha vida, por me conceder força e ânimo para que continuasse empenhada em realizar esse sonho.

Ao meu marido José Francisco, meu maior incentivador, a pessoa que me fez acreditar nas minhas competências e não permitiu que eu duvidasse novamente de mim, me ensinando que “desistir nunca é uma opção”!

Aos meus filhos Arthur e Felipe, obrigada pela paciência perante a minha ausência em determinadas ocasiões e pela compreensão da importância desse momento. Pelos incentivos e frases de apoio que me impulsionavam ao objetivo.

A minha mãe Maria José, que sempre intercedeu em orações pela minha vida e para que eu tivesse perseverança para chegar até aqui.

Agradeço ao meu pai Antônio Salaberry (in memoriam) pela educação, pelos conselhos que nunca serão esquecidos e pelo exemplo de pessoa, alegre e amigo, o qual eu tenho certeza que está orgulhoso de mim e dessa nossa conquista.

A minha orientadora e professora da área de aprofundamento, Prof.^a Dr.^a Adenize Queiroz, meu respeito e admiração. Obrigada por compartilhar sua sabedoria, seu tempo e suas experiências com paciência e humor.

As professoras da banca, Prof.^a Dr.^a Lisiê Martins e a Prof.^a Dr.^a Munique Massaro, obrigada por aceitarem a participar desta banca.

Agradeço ainda a mestranda Andressa Vidal, por me auxiliar nessa trajetória e pela disponibilidade em sempre me atender, gratidão pelo apoio.

As minhas instituições, UFAC e UFPB, por todo aprendizado, bem como a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória universitária e contribuíram com todo o aprendizado adquirido até aqui.

Aos meus colegas de curso com deficiência visual, que me inspiraram a escrever este trabalho e aos demais, que também fizeram parte da minha história acadêmica e que me auxiliaram de maneira direta e indireta na elaboração deste trabalho.

A todos vocês meus sinceros agradecimentos!

"A uma civilização que elimina as diferenças, a história deve restituir o sentido perdido das particularidades"
(Philippe Ariès)

RESUMO

Esta pesquisa tem como proposta a realização de um estudo comparativo acerca das condições de acessibilidade ofertadas pelo Núcleos de Acessibilidade da UFPB e da UFAC, no processo de inclusão de estudantes com deficiência visual. O objetivo do presente estudo, consiste em analisar os impactos das políticas de inclusão ofertadas pelos núcleos de acessibilidades da UFAC e da UFPB aos estudantes com deficiência visual. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa e cunho documental envolvendo os documentos institucionais, das universidades pesquisadas, relativos a inclusão de estudantes com deficiência. Os resultados da investigação indicam, o aumento significativo de matrículas de estudantes com deficiência visual, nos cursos de ensino superior das instituições investigadas, especialmente no Curso de Pedagogia. Além disso, é destacada a relevância do trabalho desenvolvido pelos núcleos de inclusão e acessibilidade, que exercem um papel importante para a permanência e participação destes estudantes. Com a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, esperamos evidenciar ações positivas no sentido de assegurar a inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência visual nos cursos de pedagogia. Dessa forma, esperamos contribuir para fortalecer as discussões na área de Educação Especial, compreendendo que mais que um trabalho acadêmico, esta é uma ação de responsabilidade social de grande relevância para nós futuros profissionais de educação que, na educação básica ou ensino superior, receberemos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Ensino Superior; Núcleo de acessibilidade; Inclusão.

ABSTRACT

This research proposes to carry out a comparative study on the accessibility conditions offered by the UFPB and UFAC Accessibility Centers, in the process of inclusion of visually impaired students. The objective of the present study is to analyze the inclusion policies offered by the UFAC and UFPB accessibility centers for visually impaired students. For that, we carried out a qualitative and documental research involving the institutional documents, from the researched universities, related to the inclusion of students with disabilities. The results of the investigation show a significant increase in the enrollment of students with visual impairments in higher education courses at the investigated institutions, especially in the Pedagogy Course. In addition, monitoring of the work carried out by the inclusion and accessibility centers is highlighted, which play an important role in the permanence and participation of their students. With the completion of this Course Completion Work, we hope to highlight positive actions in order to ensure the inclusion and accessibility of students with visual impairment in pedagogy courses. In this way, we hope to contribute to strengthening discussions in the area of Special Education, understanding that more than an academic work, this is a social responsibility action of great conversion for us future education professionals who, in basic education or higher education, will receive students with disabilities.

Key words: University education; Accessibility Core; Inclusion.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPPE - Centro de Apoio Psicopedagógico ao Estudante
CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CE - Centro de Educação
CELA - Centro de Educação, Letras e Artes
CENESP - Centro Nacional de Educação Especial
CIA – Comitê de Inclusão e Acessibilidade
CONSU - Conselho Universitário
CONSUNI - Conselho Superior Universitário
ERE - Ensino Remoto Emergencial
FMI – Fundo Monetário Internacional
GT - Grupos de Trabalho
IBC - Instituto Benjamin Constant
IES - Instituições de Educação Superior
LACESSE - Laboratório de Acessibilidade
LAVITA - Laboratório de Vida Independente e Tecnologia Assistiva
LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
MEC – Ministério da Educação
NAI – Núcleo de Apoio à Inclusão
NEDESP - Núcleo de Educação Especial
NEE - Necessidades Educacionais Especiais
ONU - Organizações das Nações Unidas
PAAED - Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE - Plano Nacional de Educação
PRAPE - Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
PROAES - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROMTAED - Programa de Monitoria e Tutoria para Apoio ao Estudante com Deficiência

PROMAED - Programa de Monitoria para Apoio ao Estudante com Deficiência

PROTAED - Programa de Tutoria para Apoio ao Estudante com Deficiência

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAADF - Serviço de Atendimento ao Acadêmico com Deficiência física

SAADV - Serviço de Atendimento ao Acadêmico com Deficiência Visual

SAASDA - Serviço de Atendimento ao Acadêmico Surdo e/ou com Deficiência Auditiva

SAANE - Serviço de Atendimento ao Acadêmico com Necessidades Específicas

SAP - Serviço de Atenção Psicológica

SIUD - Serviço de Informações aos Usuários com Deficiência

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TILS - Tradutores Intérpretes de Libras

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico1:EstudantescomdeficiêncianoNAI/UFACapartirdacriação.....	29
Gráfico2:Apoiadoresporcentrode educação-ano2022.....	33

IMAGENS

Imagem1:Fotodafaixada doNAI/UFAC.....	54
Imagem2:Fotodaentrada da salaondefuncionaCIA/UFPB.....	54

QUADROS

Quadro1:Diretrizes para a política de inclusão social e promoção da acessibilidadenaUFPB.....	28
Quadro2:NúmerodeestudantescomdeficiêncianoCELAporcursodegraduação -ano de2018.....	30
Quadro3: Estudantes com deficiência da UFAC acompanhados por monitores:cursosdegraduaçãoedeficiência.....	31
Quadro4: Discente com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no Curso dePedagogia-anode2021.....	32
Quadro5:Bolsasofertadaseconcedidasporprograma-NAI.....	35
Quadro6:ServiçosofertadospeloNAI/UFAC.....	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A INCLUSÃO educacional de pessoas COM DEFICIÊNCIA VISUAL: da educação básica ao ensino superior.....	15
2.1 Breve panorama da educação especial no Brasil.....	15
2.2 O ingresso e permanência de estudantes com deficiência visual no ensino superior brasileiro.....	18
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
3.1 Tipo e natureza da pesquisa	24
3.2 Procedimentos para coleta e análise de dados	25
4 NUCLEOS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA UFAC E NA UFPB: estrutura, finalidades, ações e desafios enfrentados para sua efetivação	26
4.1 Das Finalidades dos Núcleos de Acessibilidade do NAI (UFAC) e do CIA (UFPB).....	26
4.2 Do público alvo.....	29
4.3 Servidores, estrutura física e iniciativas administrativas.....	34
4.4 Desafios e barreiras para inclusão e acessibilidade.....	39
4.5 Ações inclusivas concretizadas.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXOS.....	54

1 INTRODUÇÃO

O acesso das pessoas com deficiência no Ensino Superior é um assunto que transcende os meus interesses pedagógicos, constituindo-se, a nosso ver, como uma inquietação profissional e social, se considerarmos as inúmeras barreiras que impedem ou limitam a permanência desses alunos nas Instituições de Ensino Superior (IES).

A escolha do tema se deu a partir das experiências vivenciadas durante a trajetória acadêmica desta pesquisadora, no curso de pedagogia entre os anos de 2016-2018 na Universidade Federal do Acre (UFAC) e de 2019-2023 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Sendo essas Instituições situadas em regiões tão distintas, partindo do ponto mais ocidental ao ponto mais oriental do Brasil, podendo então cotejar as diferenças e semelhanças entre as políticas inclusivas dessas IES.

A definição do tema foi ainda mais amadurecida durante o último ano do curso, no qual tivemos oportunidade de estudar com alguns colegas cegos e com baixa visão na UFPB, ampliando assim a nossa percepção sobre as condições e adversidades que esses alunos enfrentam a fim de prosseguirem seus estudos, tal qual os demais colegas. Em anos anteriores já havia acompanhado a trajetória de outras duas colegas cegas que cursaram tal curso na UFAC, despertando com isso, o interesse em desenvolver um estudo comparativo sobre essa problemática.

O objetivo do presente estudo, consiste em analisar os impactos das políticas de inclusão ofertadas pelos núcleos de acessibilidades da UFAC e da UFPB aos estudantes com deficiência visual. Delineamos ainda os seguintes objetivos específicos:

- a) Conhecer o funcionamento do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) e do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA);
- b) Identificar os resultados das políticas de inclusão implementadas nos cursos de pedagogia da UFPB e da UFAC;
- c) Realizar uma análise comparativa das políticas de inclusão registradas nos núcleos da UFAC e UFPB.

Com o intuito de alcançar os objetivos supracitados, este trabalho foi desenvolvido através de um estudo qualitativo, utilizando-se de uma pesquisa

de diversos documentos que evidenciam as ações adotadas pelos núcleos anteriormente citados.

Essa pesquisa se norteou ainda pela seguinte questão-problema: As políticas adotadas pelo NAI (UFAC) e CIA (UFPB) têm promovido a inclusão de estudantes com deficiência visual dos cursos de pedagogia das referidas instituições de ensino superior?

O trabalho está estruturado em cinco capítulos e discute no referencial teórico as seguintes temáticas: breve panorama acerca da educação especial no Brasil, discorrendo ainda sobre a participação de estudantes com deficiência visual nos cursos de pedagogia. Na sequência apresentamos elementos acerca da metodologia que conduziu todo o processo de coleta dos dados. Em seguida esses resultados serão discutidos com base nos documentos referenciados na área de educação especial, sendo por fim apresentadas as conclusões da autora.

2 A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR

Neste capítulo apresentamos um referencial teórico abordando elementos acerca da inclusão de estudantes com deficiência visual trazendo, aspectos de práticas educacionais iniciais no contexto histórico da Educação Especial no Brasil até as páginas mais recentes deste percurso com o ingresso e a permanência desses estudantes no Ensino Superior.

2.1 Breve panorama da educação especial no Brasil

Durante muito tempo as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade e do sistema educacional, muitos sujeitos entendiam a deficiência com o mesmo significado de doença, separando os alunos com deficiência dos demais, estimulando o preconceito e a segregação, que resultou em paradigmas de incapacidade, agressividade e tutela.

Atualmente esse grupo vem conquistando espaços que antes eram inacessíveis por consequência do preconceito e da discriminação. Sendo assim, para podermos compreender melhor como essas conquistas foram alcançadas apresentaremos um breve panorama da educação especial no Brasil.

No Brasil, a educação especial teve início ainda no período imperial, mais precisamente no ano de 1854, por meio do Decreto nº 1.428, o qual estabelece a criação do Imperial Instituto dos meninos cegos, na cidade do Rio de Janeiro. A atitude de Dom Pedro II foi influenciada pelo também cego e brasileiro José Álvares de Azevedo, que havia estudado no Instituto dos meninos cegos em Paris, por meio do sistema braille. Conforme Bezerra (2017, p. 42)

O sucesso educativo alcançado por José de Azevedo com Adélia Singaud chamou a atenção e o interesse do ministro do Império, conselheiro Couto Ferraz, para a educação das pessoas com deficiência visual no Brasil, estimulando para que Dom Pedro II concretizasse essa iniciativa.

Apesar do Imperial Instituto dos Meninos Cegos ter sido inspirado na experiência educativa de uma jovem cega, ele atendia apenas aos meninos,

característica marcante na época que excluía as mulheres, sobretudo aquelas com qualquer tipo de deficiência do processo educativo (FARIAS, 2017).

Bezerra (2017), aponta que somente a partir do século XVIII a educação se torna mista, para meninos e meninas, porém se restringe à educação ao ensino profissionalizante, desenvolvendo aprendizagem de ofício como: oficina de tipografia e encadernação para os meninos cegos e tricô para as meninas.

Após a mudança do Regime Imperial para a República, o Instituto passa a se chamar durante um ano, Instituto Nacional dos Cegos e logo depois foi denominado Instituto Benjamin Constant (IBC), permanecendo assim até os dias atuais, destacando-se como o maior instituto de cegos da América Latina (BEZERRA, 2017).

O Instituto Benjamin Constant permaneceu sendo o único responsável pela educação de pessoas com deficiência visual no Brasil até o ano de 1926, quando, foram surgindo outras instituições com essa mesma finalidade, a exemplo do Instituto Padre Chico em São Paulo (1928), do Instituto São Rafael em Belo Horizonte (1926) e do Instituto dos cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (1944), situada em João Pessoa (FARIAS, 2017).

Além disso, diversas propostas e projetos foram surgindo e sendo oferecidos para a formação especializada para professores de pessoas com deficiência visual e material gratuito como o livro Braille. Sobre essa questão destacamos o relevante papel desempenhado pela fundação para o livro do cego no Brasil, criada em 1946 por Dorina de Gouvêa Nowill, primeira mulher cega a se tornar professora no país (FARIAS, 2011).

Outras iniciativas foram tomadas ao longo da história. Na década de 1950 houve a ampliação de instituições de ensino voltadas para a educação especial e em 1954 foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), sendo a primeira no Brasil (COSTA, 2021).

Com a promulgação da Lei 4.024/1961 que define a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBN), houve o incentivo às iniciativas privadas para trabalharem com a educação especial e a exposição do direito dos excepcionais,

Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade, Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (BRASIL, 1961)

Posteriormente, no ano 1973 é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) como sendo o primeiro órgão de Educação Especial de responsabilidade do Governo Federal. Já em 1988 com a implementação da Constituição Federal vemos a democratização do ensino, sinalizando que “a educação de pessoas com deficiência deveria ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino e garantindo ainda o direito ao atendimento educacional especializado” (COSTA, 2021, p.46).

Entretanto, é somente na década de 1990 que o movimento pela inclusão tomou força, com a Conferência Mundial de Educação para Todos (ONU, 1990), com a Declaração de Salamanca em 1994 e com a promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em 1996, que se materializou em ações e políticas de combate à exclusão e segregação nas escolas, através de políticas educacionais mais democráticas e inclusivas.

Tais mudanças atingiram seus níveis, obtendo orientação internacional com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No qual a partir dessas diretrizes foi elaborado um discurso reformista de ensino, tornando essas mudanças mais articuladas, como os parâmetros curriculares, a municipalização do ensino e a necessidade de os sistemas de ensino adequarem-se às novas políticas que favoreceram o processo de inclusão a acontecer. Miranda e Rocha (2009, p. 28) alertam:

Embora, a implementação dessa sociedade inclusiva esteja apenas começando, a consecução do processo de inclusão de todos os alunos na escola básica ou na universidade não se efetua apenas por decretos ou mesmo leis, pois requer uma mudança profunda na forma de encarar a questão e de propor intervenções e medidas práticas com a finalidade de transpor as barreiras que impedem ou restringem o acesso e permanência de pessoas com deficiência.

Com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva em 2008, houve um avanço em iniciativas e programas voltados para a qualidade educacional desse grupo, tais como, o Programa de Educação Inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas salas de recursos multifuncionais e o Programa Incluir - acessibilidade na Educação Superior, esse último marcou o ingresso dos estudantes com deficiência nas universidades brasileiras (COSTA, 2021).

Logo, inúmeras conquistas foram alcançadas e em 2012 todas as políticas de inclusão educacional foram estendidas para as IES e em 2015 é publicada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência que surge fortalecendo as iniciativas inclusivas, sendo um documento norteador dos compromissos legais para a garantia do acesso à educação e aos diversos direitos inerentes à dignidade humana (BRASIL, 2015).

Os resultados da investigação indicam, o aumento significativo de matrículas de estudantes com deficiência visual, nos cursos de ensino superior das instituições investigadas, especialmente no Curso de Pedagogia. Além disso, é destacada a relevância do trabalho desenvolvido pelos núcleos de inclusão e acessibilidade, que exercem um papel importante para a permanência e participação destes estudantes.

Desde então, os educadores e a sociedade passaram a questionar o papel da educação, das instituições de ensino e do professor, tomando consciência em relação à necessidade de ressignificar esses papéis.

Diante deste contexto, emergem novos desafios no sentido de melhorar os sistemas educacionais de ensino, tanto em sua qualidade pedagógica, quanto na estrutura arquitetônica, tornando nossas escolas mais acessíveis e preparadas para acolher a pluralidade de alunos.

2.2 O ingresso e permanência de estudantes com deficiência visual no ensino superior brasileiro

Com a implementação da Constituição Federal de 1988, a educação tornou-se um direito fundamental a todos os cidadãos, contemplando também os estudantes com deficiência, os quais lutaram e ainda lutam para obter

melhorias na qualidade educacional e assegurar a efetivação dos seus direitos, desde a educação básica ao ensino superior. Podemos afirmar que, as conquistas obtidas a partir dos marcos legais brasileiros não são o suficientes para garantir o progresso social em todas as esferas da vida dessas pessoas, como aponta Januário (2019, p. 3):

Embora o texto constitucional trate especificamente da garantia e obrigatoriedade da educação básica, nos últimos anos vem sendo observada uma movimentação política, em grande parte, impulsionada pelos movimentos sociais, para a criação de leis que assegurem o direito ao ensino superior para as pessoas com deficiências.

A democratização do ensino e a crescente luta pela inclusão das pessoas com deficiência visual em todos os lugares, traz a reflexão do quanto já conquistamos. No entanto, ao transitar nos diversos espaços que já estão discriminados em lei, observamos que muitas dessas conquistas não são efetivadas pela falta de fiscalização, administração ou até mesmo da boa vontade de setores que são responsáveis em garantir que a acessibilidade seja materializada. Torres e Santos (2015, p. 45), apontam as dificuldades da inclusão:

Incluir a pessoa com deficiência no ambiente social é uma perspectiva válida quando se pensa que é no meio social que o desenvolvimento ocorre mais significativamente. Porém, é nesse momento que a deficiência passa a se tornar uma realidade reforçada pela ausência de estrutura para atender essas pessoas.

Com a expansão da educação inclusiva no ensino superior fomentada pelo Programa Incluir, não é diferente, as mesmas dificuldades vivenciadas na educação básica se replicam nessa etapa de ensino. Apesar do grande número de matrículas, ainda é devastador a quantidade de desistência. Independentemente de reconhecermos os expressivos avanços nos âmbitos: “arquitetônicos, tecnológicos, assistenciais e apoio de adaptação curricular, ainda precisa-se transpor diversas barreiras pedagógicas, administrativas e, principalmente comunicacionais e atitudinais.” (DINIZ ; FREITAS; OLIVEIRA, 2022, p. 13)

Silva (2022, p. 22) ressalta que a década de 1990 foi marcada por ações afirmativas, influenciadas principalmente por movimentos internacionais em prol da garantia dos direitos de todos, entre essas

destacam-se a Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien, na Tailândia (1990) e a Conferência Mundial de Educação Especial que posteriormente deu origem ao documento denominado como Declaração de Salamanca (1994).

Ainda em 1994, outro documento importante no campo da Inclusão para os alunos com deficiência no ensino superior, foi a Portaria nº 1.793 que traz a recomendação de incluir a disciplina “Aspectos éticos-político educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais”. O qual é prioritário para os cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas, assim como nos cursos da Saúde, Serviço Social e demais cursos superiores, a inclusão de conteúdos referente a essa disciplina (ALVES; ZARDO, 2019, p. 137).

Outras normativas foram corroborando para o fortalecimento da inclusão nas IES, a exemplo do Aviso circular nº. 277/96 do Ministério da Educação (MEC), que recomenda “A execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais possibilita que venham a alcançar níveis cada vez mais elevados do seu desenvolvimento acadêmico” (BRASIL, 1996). Destacam-se ainda a Portaria nº 1.679/99 que recomenda a inclusão de instrumentos destinados a “avaliar as condições de oferta de cursos superiores” (BRASIL, 1999), sendo definitivo para a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como para a renovação das IES (COSTA, 2021).

No que se refere aos avanços no tocante a educação das pessoas com deficiência visual, público-alvo deste estudo, há um importante marco legal, que é a Portaria nº 2.678, resultando em um grande avanço para os alunos com deficiência visual, com a aprovação do projeto de grafia Braille para todo o país, abrangendo a produção e a divulgação para a língua portuguesa em todas as modalidades de ensino, legitimando o sistema Braille (SILVA, 2022, p. 24).

Nessa mesma direção, a Lei nº 10.753 do ano de 2003, publica a Política Nacional do Livro, com o objetivo de promover a todas as pessoas o direito de acesso e uso do livro, “livros impressos no Sistema Braille” e “livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual”. Tal como, responsabiliza o Poder Executivo a

“implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras no Sistema Braille” (BRASIL, 2003).

Ainda em 2003, a Portaria supramencionada foi substituída pela Portaria nº 3.284, a qual traz outras especificações acerca de condições de acessibilidade que devem ser implementadas nas IES, para instruir o processo de avaliação das mesmas (BRASIL, 2003). No ano seguinte, a publicação do Decreto nº 5.296/04, estabelece que todas as instituições de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, da esfera pública ou privada, garantam “[...] condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2004).

Santos (2016) destaca que, o Ensino superior passou pela universalização do acesso à educação, impulsionada pelo Programa Incluir (BRASIL, 2005), fomentando iniciativas que favorecessem as condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência nas IES, incentivando ações como os comitês de acessibilidade, programa de apoio aos estudantes, entre outros. Tais medidas foram muito importantes pois a “ressignificação gera reconhecidas mudanças nas políticas de formação, de financiamento e de gestão, necessárias para assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem a todos os estudantes” (SANTOS, 2016, p. 65).

A partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), surge um novo conceito de deficiência, que passa a atribuir as barreiras postas na estrutura social como um fator determinante impedindo a participação plena dos alunos com deficiência nas Universidades, ou seja, a deficiência deixa de ser um preceito médico que tinha o foco na condição clínica do indivíduo e torna-se um preceito social onde o ambiente é o real fator de limitação das condições da promoção da acessibilidade. Nesse sentido Alves e Zardo (2019, p.141) argumentam:

Ao afirmar o modelo social de deficiência, a Convenção reconhece a complexidade dessa condição humana e denuncia a estrutura social que oprime estas pessoas. Tal perspectiva questiona a deficiência sob um prisma diferenciado, ou seja, deficiente não seria um corpo com lesão, limitado para a participação social, mas deficientes seriam os contextos sociais

segregadores e pouco sensíveis às diferenças específicas de cada sujeito.

Partindo desse entendimento, podemos destacar o importante trabalho de inclusão e acessibilidade oferecido pelas IES, com o apoio dos núcleos de acessibilidade que contribuem para a minimização de entraves, ofertando instrumentos que auxiliem no desempenho acadêmico e social. No caso dos alunos com deficiência visual, destacamos os *softwares* acessíveis, a exemplo do NVDA, *TalkBack* e *VoiceOver*, além do sistema braille, materiais adaptados, lupas, máquina de escrever em braille, recursos táteis, reglete e punção, ferramentas indispensáveis para a leitura e a escrita dos diversos conteúdos e atividades, solicitados pelos professores.

Em 2007, foi promulgada o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) o qual determinou a implementação de ações voltadas para adequação de infraestrutura e acessibilidade arquitetônica e o “fortalecimento da inclusão educacional das pessoas com deficiência e, entre seus eixos, o acesso e a permanência dessas pessoas na educação superior”. Além disso, no ano de 2008 ocorre a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, sob orientação do Ministério da Educação, a qual intenciona tornar efetivo o acesso, a permanência, a participação e aprendizagem plena dos alunos com deficiência desde a educação infantil até o Ensino Superior (ALVES; ZARDO, 2019, p. 140).

A política anteriormente mencionada é fortalecida através do Decreto nº 7.611/2011 que foi determinante para a inclusão de alunos com deficiência em todos os níveis da educação, garantindo a “estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior” (BRASIL, 2011). De acordo com o mesmo decreto, os objetivos dos núcleos consistem em: “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (BRASIL, 2011).

A Lei nº 13.005/2014, definiu o Plano Nacional de Educação (PNE) que está em vigência até 2024, estabelecendo as bases da política educacional durante 10 anos, no qual aborda precisamente as políticas de Inclusão que assegura a plena e efetiva inclusão dos “estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação,

de forma a apoiar seu sucesso acadêmico” (BRASIL, 2014), são ainda asseguradas por este documento: “condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação” (BRASIL, 2014).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, legitima a garantia dos direitos das pessoas com deficiência no âmbito da educação e outros. A LBI, em conformidade com os princípios da Convenção da ONU, considera as seguintes finalidades: “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). A referida Lei é consequência de “um processo histórico de lutas por direitos equânimes e de um conjunto de Leis/Decretos/Portarias que visam à inclusão” (SILVA, 2022, p. 27).

Já em 2016, em conformidade com o PNE (2014-2024), é decretada a Lei nº 13.409 que substitui a Lei nº 12.711/12, denominada Lei de Cotas, que prevê a implementação da reserva de vagas no Ensino Superior, “nessa perspectiva, as pessoas com deficiência passaram a ser incluídas nos programas de cotas das instituições de ensino”(SILVA, 2022, p.28). É importante registrar que tal fato provocou um aumento significativo nas matrículas desses estudantes, no ensino superior.

Finalmente, em 2018 acontece a promulgação do Decreto nº 9.522, que implementa o “Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso”, importante para tornar acessíveis os bens culturais aos estudantes com deficiência visual, em formatos, tais como: “Braille, áudio livro, entre outros, sem ferir direitos autorais da obra” (SILVA, 2022, p. 28).

Diante dos marcos legais referidos até aqui, podemos afirmar que, mesmo que ainda não tenhamos concretizado os princípios de uma educação de qualidade para todos, consideramos que houve um grande avanço no que se refere ao processo educacional numa perspectiva inclusiva no Brasil nas diversas etapas do ensino.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresentamos todo o caminho metodológico percorrido durante a realização da pesquisa, definindo também, os procedimentos para coleta e tratamento dos dados.

3.1 Tipo e natureza da pesquisa

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar os resultados das políticas de inclusão adotadas na UFAC e na UFPB, para estudantes com deficiência visual nos cursos de pedagogia.

Além disso, este trabalho é fundamentado em uma abordagem de natureza qualitativa, para Pereira, este tipo de pesquisa:

parte do entendimento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (2019, p. 89).

O presente estudo também se configura como uma pesquisa documental, tendo como fontes investigadas os sites e outros documentos oficiais da UFAC e da UFPB, respectivamente. A pesquisa documental, segundo Gonsalves (2018, p. 97), é similar à pesquisa bibliográfica, sendo diferenciadas pelo tipo de fonte: enquanto a bibliográfica é fundamentada em diversos autores, que exploram o mesmo assunto, a documental baseia-se em documentos que não passaram pelo processo analítico.

Buscamos ainda, fazer uso do método comparativo para alcançar o objetivo da pesquisa, tal método “se dá pela comparação e identidade de fenômenos e requer um trabalho sistemático rigoroso, pois envolve a definição das propriedades e atributos possíveis a serem comparados” (GONSALVES, 2018, p. 115).

Assim sendo, a partir dos dados coletados, intencionamos descrever e comparar o processo de implementação de políticas de inclusão e de acessibilidade em ambas as Universidades estudadas.

3.2 Procedimentos para coleta e análise de dados

Para a realização desta pesquisa documental, inicialmente recorreremos aos sites do NAI/UFAC e do CIA/UFPB (<https://www.ufac.br/site/ufac/proaes/nai> / <https://www.ufpb.br/cia>). Esta busca nos conduziu a uma série de outros documentos cuja consulta foi determinante para a obtenção dos dados desta pesquisa, a saber: Plano de Desenvolvimento Institucional, NAI em números, CIA em números, decretos, Leis, Portarias, entre outros.

Outra importante fonte investigada, trata-se da produção científica, existente acerca da ação destes núcleos. Nesse sentido, tanto em relação a UFAC como em relação a UFPB foram encontradas diversas publicações: Dissertações, teses, artigos e capítulos de livros que abordam elementos significativos e que estão em consonância com os interesses desta pesquisa.

Finalizada a coleta, os dados foram organizados e analisados com base no referencial teórico que conduziu esta pesquisa, cujos resultados serão apresentados no próximo capítulo.

4 NÚCLEOS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA UFAC E NA UFPB: ESTRUTURA, FINALIDADES, AÇÕES E DESAFIOS ENFRENTADOS PARA SUA EFETIVAÇÃO

Neste capítulo apresentaremos os resultados da análise e da coleta de dados referente a inclusão dos estudantes com deficiência visual nos cursos de pedagogia da UFAC e UFPB. A fim de obtermos maior clareza acerca do estudo, optamos por subdividir esses resultados em cinco categorias de análise. A primeira delas diz respeito às finalidades dos núcleos de inclusão e acessibilidade: NAI (UFAC) e o CIA (UFPB); na segunda categoria tratamos sobre o público-alvo vinculado a estes núcleos, já a terceira categoria aborda a estrutura e organização de cada núcleo estudado, por meio da quarta categoria serão abordados os desafios e barreiras a serem superados, culminando com reflexões acerca das ações inclusivas concretizadas, nossa quinta categoria de análise.

4.1 Das Finalidades dos Núcleos de Acessibilidade do NAI (UFAC) e do CIA (UFPB)

A Universidade Federal do Acre implantou o Núcleo de Apoio à Inclusão no ano de 2008, por meio da Resolução Reitoria nº 14, aprovada pela Resolução do Conselho Universitário CONSU nº 10, do mesmo ano, a qual está vinculada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), sendo uma unidade administrativa de apoio e assessoria técnico-pedagógico e tem por finalidade fomentar as políticas de inclusão e acessibilidade de todo corpo acadêmico (alunos e servidores) com deficiência (UFAC,2020).

Além da implementação do NAI, a UFAC definiu estratégias voltadas à promoção da inclusão e acessibilidade chamado Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), sendo elaborado conforme as exigências do Decreto nº 9.235/2017 e seguindo as Diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 -2024 e o Planejamento Estratégico da Instituição (2014-2023), o qual traz em seu regimento geral o cumprimento de igualdades de condições, de acesso e permanência na Universidade, buscando a reorganização do espaço acadêmico, suprimindo as barreiras excludentes e “garantindo ações de

ensino, pesquisa e extensão, além de apoiar o desenvolvimento inclusivo do público-alvo da modalidade de educação especial, bem como orientar o desenvolvimento de ações afirmativas no âmbito da instituição” (UFAC, 2019).

As responsabilidades do NAI estão diretamente vinculadas aos princípios fomentados e financiados pelo Programa Incluir (BRASIL, 2005), implementando projetos de apoio específico que garantam plenas condições de participação e autonomia dos estudantes com deficiência, assegurando ainda um ambiente físico e pedagógico mais acessível. Sendo assim, o trabalho do Núcleo torna-se ferramenta essencial para conduzir a UFAC a se efetivar como uma Universidade inclusiva (OLIVEIRA, 2020).

A UFPB, por sua vez, movimentou-se para implementar o CIA desde 2011, pois já recebia discentes com deficiência, no entanto, foi só em 2013 que é inaugurado o Comitê de Inclusão e Acessibilidade através da Resolução nº 34/2013 do Conselho Superior Universitário (CONSUNI). O CIA é formado por professores, servidores técnicos e estudantes (UFPB, 2020).

Cabe ao CIA prestar os seguintes atendimentos,

- Avaliação terapêutica ocupacional dos estudantes e encaminhamento, quando necessário, para os serviços de Terapia Ocupacional, Psicologia, Psicopedagogia, Fonoaudiologia e Fisioterapia (ofertados nas clínicas-escola dentro da própria universidade);
- Prescrição e confecção de adaptações, desenvolvidas em parceria com o Laboratório de Vida Independente e Tecnologia Assistiva (LAVITA) do Departamento de Terapia Ocupacional;
- Empréstimos de materiais e equipamentos para os estudantes (gravador de voz, notebook, cadeiras de rodas, muletas, lupas, dentre outros);
- Manutenção do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência, no qual um aluno (também estudante, mas sem deficiência) auxilia o aluno com deficiência, mobilidade reduzida ou necessidades educacionais especiais através de apoio pedagógico ou de locomoção dentro do Campus (UFPB, 2018).

O CIA realiza um trabalho importante e de forma ampla aos estudantes com necessidades educacionais específicas, promovendo inclusão e acessibilidade, como é apresentado no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB para o quadriênio (2019-2023), cujas diretrizes estão expostas no quadro a seguir:

Quadro 1: Diretrizes para a política de inclusão social e promoção da acessibilidade na UFPB

Diretrizes para a Política de Inclusão Social e Promoção da Acessibilidade
I. Acompanhamento e avaliação do ingresso, do acesso, da permanência e do processo de aprendizagem de estudantes com deficiências.
II. Fortalecimento da articulação entre os serviços e setores de diferentes áreas de formação e atuação da UFPB e as parcerias interinstitucionais para aprimorar as práticas inclusivas intra e extra universidade.
III. Desenvolvimento de ações para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, visando garantir o exercício da cidadania das pessoas com deficiência.
IV. Estímulo à criação de grupos de pesquisa e a articulação entre os existentes, para desenvolver estudos e tecnologias com abordagem interdisciplinar.
V. Investimento em campanhas para sensibilização da comunidade acadêmica acerca da eliminação das barreiras atitudinais, com enfoque na conscientização do direito de ir e vir de todas as pessoas.
VI. Fortalecimento de parceria com a Pró-Reitoria de Assistência de Promoção ao Estudante, para manutenção do Programa de Estudante Apoiador.
VII. Incentivo à inclusão em conteúdos curriculares de temas relacionados à pessoa com deficiência.
VIII. Adoção de práticas pedagógicas inclusivas, ofertando orientação e formação continuada aos professores.
IX. Incentivo à participação dos estudantes com deficiência nas diversas instâncias de atuação da comunidade acadêmica.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB (2019-2023).

Ademais, o CIA promove semestralmente o edital do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência (PAAED), contendo o objetivo de “selecionar estudantes de diferentes cursos que queiram colaborar no apoio aos estudantes com deficiência” (UFPB, 2020).

A partir desses dados observamos que, embora a UFAC (1974) seja uma Universidade criada mais recentemente, a mesma tem a iniciativa de implementar o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade em 2008, cinco anos antes da UFPB (1960), cujo ano de criação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade ocorre em 2013.

Observa-se entretanto, que as políticas de inclusão e acessibilidade desenvolvidas em ambas as instituições seguem as diretrizes nacionais

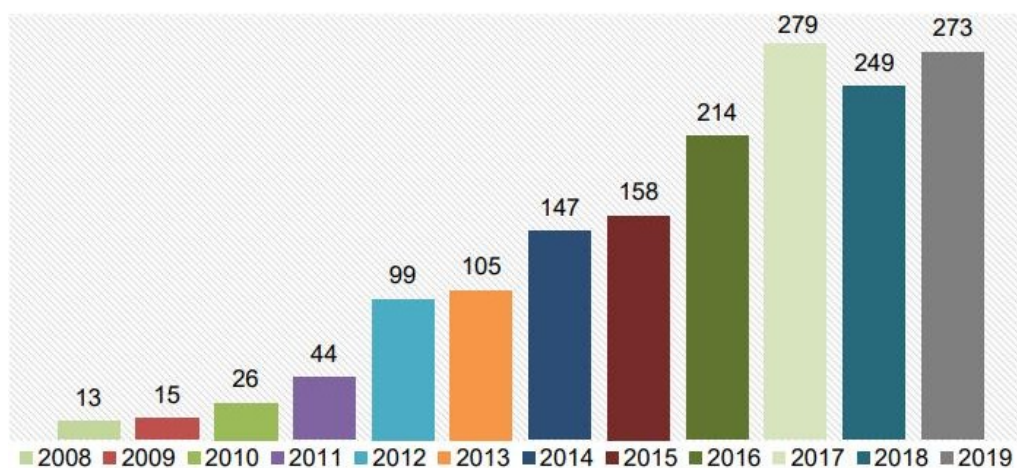
acerca do ingresso e permanência, assegurando: “Consolidar políticas institucionais de acessibilidade, assegurando o direito de todos à educação, consiste em eficaz contribuição para que o novo paradigma torne-se realidade na vida das pessoas” (BRASIL, 2013).

4.2 Do público alvo

Nesta seção, apresentamos dados comparativos em relação ao público alvo atendido respectivamente pelo NAI/UFAC (compreendendo os anos de 2008-2019), e pelo CIA/UFPB (no período de 2013-2022). No gráfico abaixo apresentamos os números referentes às matrículas de estudantes com deficiência atendidos pelo NAI, no período supracitado:

Gráfico 1: Estudantes com deficiência no NAI/UFAC a partir da criação

Descrição: Gráfico em formato de barras, com tamanho crescente referente o aumento de matrículas - anos 2008 - 2019.



Fonte: OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2019.

Podemos observar no Gráfico acima, que com o passar dos anos o aumento do número de matrículas dos discentes com deficiência foi significativo, principalmente após a implementação do NAI (2008) e das atividades exercidas pelo núcleo, fortalecendo as políticas de inclusão na UFAC. O gráfico evidencia e fortalece o discurso sobre a importância desse tipo de iniciativa, para a efetivação do acesso e permanência de estudantes com deficiência na universidade. (OLIVEIRA ; MAGALHÃES, 2020).

A seguir apresentaremos a distribuição dos alunos com deficiência por curso de graduação do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA), ao qual está vinculado o curso de pedagogia,

Quadro 2: Número de estudantes com deficiência no CELA por curso de graduação – ano de 2018

Centro Acadêmico	Curso de Graduação	Nº de estudantes
Centro de Educação, Letras e Artes (CELA)	Licenciatura em Pedagogia	8
	Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa	4
	Licenciatura em Letras/Espanhol	5
	Licenciatura em Letras/Inglês	4
	Licenciatura em Letras/Francês	3
	Licenciatura em Letras/Libras	15
	Licenciatura em Artes Cênicas	3
	Licenciatura em Música	1

Fonte: OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2019.

A tabela acima faz um recorte dos grupos atendido pelo CELA, no ano de 2018, pois nos anos seguintes não foram encontrados documentos com detalhamento de estudantes com deficiência por curso nas IES analisadas.

Dessa maneira, conforme o último demonstrativo detalhado nos documentos publicados no site da instituição, demonstrando que o maior número de estudantes com deficiência está situado nos cursos de licenciatura em letras/libras, num total de 15 alunos, sendo esse um curso mais procurado pelo público com deficiência auditiva, o que explicaria uma maior concentração desses estudantes.

Já o curso de licenciatura em pedagogia vem colocado em segundo lugar, com um total de 8 alunos com deficiência, dos quais 50% possuem deficiência visual, totalizando 4 estudantes nessa condição. Enquanto os outros 20 alunos estão distribuídos nos demais cursos do CELA.

Por fim, apresentaremos a lista de acompanhamento de monitores por curso e tipo de deficiência, no ano de 2018:

Quadro 3: Estudantes com deficiência da UFAC acompanhados por monitores: cursos de graduação e deficiência

Centro Acadêmico	Curso de Graduação	Deficiência	Nº de estudantes
Centro de Educação, Letras e Artes (CELA)	Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Letras/Inglês Licenciatura em Letras/Francês	Auditiva	2
		Visual – (1 Cegueira)	3
		Visual	1
		Intelectual	1
		Outras/ Mastectomia total	1
	Licenciatura em Letras/Libras Licenciatura em Artes Cênicas	Auditiva (3 Surdez)	7
		Múltipla	1
		Intelectual	2
		Intelectual	1
		Múltipla	1

Fonte: OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2019.

Na tabela anterior é exposto o quantitativo de alunos acompanhados por monitores, conforme o tipo de deficiência e o curso de graduação ao qual estão vinculados. Ressaltamos que, a atividade desenvolvida pelo monitor é de suma importância para acompanhar e auxiliar o desenvolvimento acadêmico dos discentes com deficiência e a ausência desse atendimento pode comprometer a permanência deste público alvo na IES.

Por outro lado, na Paraíba, a pesquisa sobre o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, esbarrou em algumas dificuldades na coleta de dados, como a ausência de informações detalhadas sobre os números de matrículas de estudantes com deficiência por curso, como encontramos na pesquisa da instituição anteriormente analisada.

Ainda assim, conseguimos informações relevantes para este estudo comparativo, como o avanço de matrículas dos estudantes com deficiência na UFPB, após a implementação do CIA.

Após as movimentações de criação do CIA em 2011 e sua efetivação em 2013, visando a garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência na UFPB, o CIA tem adotado ações afirmativas com propósito de incentivar a participação desses alunos junto à comunidade acadêmica, trabalhando em prol da igualdade de oportunidades e desenvolvimento, na esfera pessoal, social e educacional.

Para atualizar o estudo sobre o público-alvo atendido pelo CIA, levantamos os dados publicados no ano de 2021, com ênfase nos alunos

com deficiência visual matriculados no curso de pedagogia, como veremos na tabela a seguir:

Quadro 4: Discente com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no Curso de Pedagogia - ano de 2021

PEDAGOGIA (LICENCIATURA) - JOÃO PESSOA - PRESENCIAL - CE	
Visual(outras dificuldades)	125
Visual	7
Visual(subnormal)	6
Visual(usuário de Braille)	5
Física	10
Auditiva	8
Retardo mental leve	0
Altas Habilidades / Superdotação	1
Intelectual	1
Limitação Temporária	1
Múltipla	0
Outras Necessidades	8
Paralisia Cerebral	0
Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade	7
Transtorno Global do Desenvolvimento/ TEA	0
Transtorno Mental (Demanda Psíquica)	3
Usuário de Libras(surdo) V	1
	183

Fonte: CIA/UFPB, 2021.

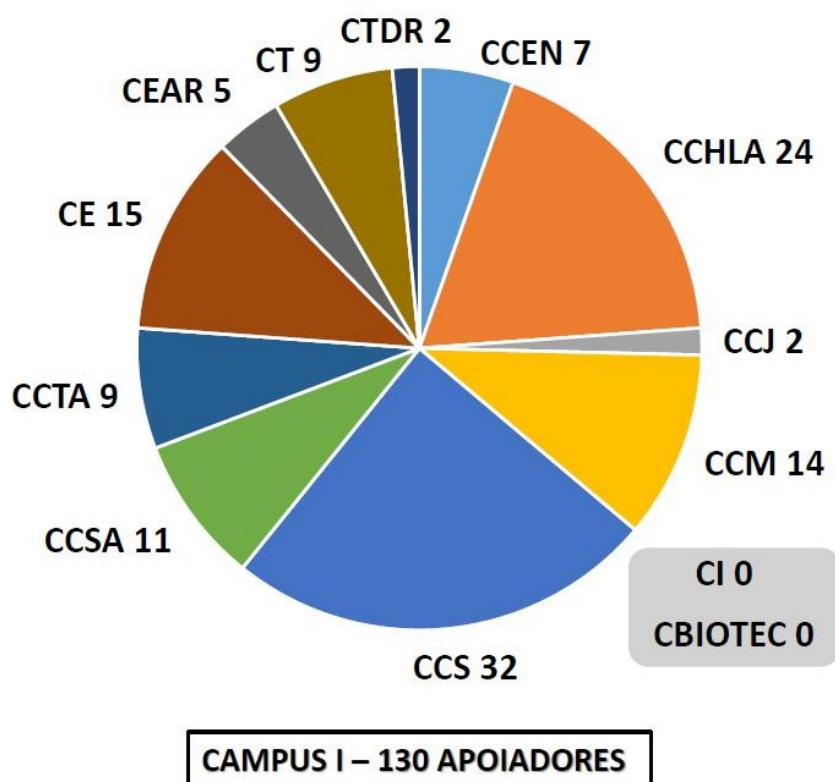
A tabela acima apresenta o total de 183 discentes NEE matriculados no curso de pedagogia, dos quais 143 estudantes são classificados como estudantes com deficiência visual, sendo 125 descritos como visual (outras dificuldades), 7 descritos apenas como visual, 6 como visual (subnormal), 5 como visual (usuário de braille). Porém a nosso ver, o número expressivo de estudantes com deficiência visual não caracteriza as classificações apresentadas no referencial teórico desta pesquisa, cegueira, baixa visão e visão monocular, o que nos leva acreditar que determinados estudantes podem possuir apenas uma doença ocular que causa algumas dificuldades, entretanto as mesmas não são compreendidas como deficiência.

Apesar do grande número de estudantes com deficiência visual, matriculados no curso de pedagogia da UFPB e até mesmo profissionais que lecionam nesse curso, ainda nos deparamos com uma grande dificuldade de

acessibilidade arquitetônica, facilmente observadas ao transitarmos pelos espaços do CE. No entanto, o CIA trabalha no propósito de minimizar esta e outras barreiras, por meio do programa aluno apoiador, como demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Apoiadores por centro de formação - ano 2022

Descrição: Gráfico em formato de pizza, com onze divisões coloridas, representando a quantidade de apoiadores por centro de formação.



Fonte: CIA/UFPB, 2022

O gráfico acima demonstra o número de estudantes com deficiência acompanhados por alunos apoiadores em cada Centro, onde o Centro de Educação (CE) ocupa o terceiro lugar entre os centros contemplados pelo programa, antecedido apenas pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) e o Centro de Ciências da Saúde (CCS).

Dessa forma, o CIA tem como principal política de inclusão o programa aluno apoiador. Neto (2021, p. 99) aponta que entre os "serviços prestados e disponibilizados à comunidade acadêmica sob a coordenação do CIA/UFPB",

o Programa Aluno Apoiador destaca-se como sendo o “carro chefe da Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB”.

No entanto, as ações afirmativas aplicadas no NAI são majoritariamente os atendimentos referente à tradução e interpretação de Libras, devido ao curso de letras/libras locado no CELA e em seguida o serviço especializado em braille (material, oficina, etc).

Observa-se que a partir dos dados coletados em ambas as IES analisadas, os discentes com deficiência no curso de pedagogia são predominantemente discentes com deficiência visual, tanto da UFAC quanto da UFPB. Prevendo a importância das ações do NAI e do CIA, para a permanência e participação desses alunos na instituição, visto que "a inclusão dos estudantes com deficiência visual não pode ser considerada apenas pelo acesso, é necessário garantir sua permanência e a plena participação" (SILVA, 2022, p. 46).

Sendo assim, cabe a estes núcleos identificar o tipo de deficiência e as necessidades específicas de cada estudante a fim de melhor acompanhar seu percurso acadêmico.

4.3 Servidores, estrutura física e iniciativas administrativas

Esta seção apresenta o quadro de servidores e colaboradores do NAI e do CIA conforme a lista disponibilizada nos sites oficiais. Apontamos ainda, algumas iniciativas administrativas voltadas para o serviço de atendimento e assistência estudantil e ainda as iniciativas institucionais voltadas para o período pandêmico.

O NAI conta com fonoaudiólogo, tradutores e Intérpretes de Libras, assim como assistente social, que mapeia “os determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem na vida do estudante, de modo a prevenir as causas de retenção e/ou evasão a partir de sua condição de vulnerabilidade” (UFAC, 2023).

Hoje o Núcleo possui uma estrutura arquitetônica ampla, compatível com o trabalho que vem realizando, localizado no bloco Edilberto Parigot de Souza Filho em 02 pavimentos, ocupando uma área (m²) 1.534,58, ofertando

também serviços de impressão braille, tradução para libras, produção e adaptação de materiais, dentre outros.

No mais, o Núcleo trabalha com orientações voltadas para as ações afirmativas, inclusive, os estudantes com deficiência são contemplados com o Programa de Assistência Estudantil, vinculado ao Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) que é direcionado para a garantia das condições de acesso e permanência desses alunos na Universidade.

Das bolsas Vinculadas ao Programa de Assistência Estudantil podemos destacar :

- a) **Promaed**: bolsa destinada aos estudantes que possuem competências/habilidades para acompanhar estudantes que apresentem deficiência física, visual, auditiva, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, superdotados ou com múltiplas deficiências;
- b) **Protaed**: bolsa destinada aos estudantes dos períodos finais dos cursos de graduação, com o objetivo de organizar grupos de estudo para promover momentos de discussão, reflexão e aprendizagem aos estudantes com deficiência auditiva, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento ou múltiplas deficiência;
- c) **Pró-PCD**: bolsa destinada aos estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ou múltiplas deficiência;
- d) **Pró-Acessibilidade**: bolsa destinada ao apoio e inclusão acadêmica dos estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ou múltiplas deficiências, no âmbito administrativo e de acessibilidade comunicacional do NAI (PDI, 2019,p. 101).

Para ter o direito de receber a bolsa, o aluno que se candidatar deve estar matriculado regularmente, na modalidade presencial em um dos cursos de graduação da instituição. Nos anos de 2020 e 2021, foram contemplados o quantitativo de bolsas apresentados quadro abaixo:

Quadro 5: Bolsas ofertadas e concedidas por programa - NAI

Programa	2020		2021	
	Ofertadas	Concedidas	Ofertadas	Concedidas
Promaed	90	60	746	661
Protaed	26	6	150	56
Pró-PCD	98	62	940	726
Pró-Acessibilidade	6	5	57	27
Total	220	133	1.893	1.470

Fonte: UFAC em números, 2021.

Oliveira e Magalhães (2019) destacam que para desenvolver suas atividades, o NAI é constituído pela seguinte estrutura administrativa organizacional: Coordenação; Secretaria Administrativa; Coordenação Pedagógica e de Acessibilidade; Serviço de Atendimento ao Acadêmico com Deficiência física (SAADF); Serviço de Atendimento ao Acadêmico com Deficiência Visual (SAADV); Serviço de Atendimento ao Acadêmico Surdo e/ou com Deficiência Auditiva (SAASDA) e Serviço de Atendimento ao Acadêmico com Necessidades Específicas (SAANE).

Ainda, durante o crítico período pandêmico o NAI permaneceu com todos os atendimentos e em 2020 criou o Guia de Orientação e Acessibilidade no Ensino Remoto, com propósito de nortear as ações de todo o corpo acadêmico, principalmente os professores, sobre recursos pedagógicos acessíveis para cada tipo de deficiência no Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Todas essas medidas são pensadas em prol de uma universidade que promova a inclusão social e acadêmica. Para isso, o NAI conta com um quadro de funcionários capacitados, composto por 1 coordenador, 1 Técnico de Assuntos Educacionais, 1 fisioterapeuta, 1 fonoaudiólogo, 1 assistente social, 1 assistente administrativo, 1 estagiária, 2 revisores de texto braille e 12 tradutores e intérpretes de libras. O que demonstra um pouco das ações voltadas para o acesso e permanência dos estudantes com deficiência na UFAC.

Sobre as iniciativas de inclusão da UFPB, Neto (2021, p.114) expõe que: “O CIA/UFPB é uma assessoria especial vinculada à Reitoria com a prerrogativa de operacionalizar a política de inclusão e acessibilidade da UFPB. Para que essa política institucional inclusiva ocorra”.

Nessa perspectiva, o CIA promove diversas ações de inclusão através dos Grupos de Trabalhos (GT) e dos demais serviços, tais como: atendimentos fonoaudiológicos, terapia ocupacional, atendimento no Laboratório de Vida Independente e Tecnologia Assistiva (LAVITA) e ao Laboratório de Acessibilidade (LACESSE), há ainda o apoio do Núcleo de Educação Especial (NEDESP) pertencendo ao Centro de Educação, o Centro de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (CAPPE), o Serviço de Informações

aos Usuários com Deficiência (SIUD) e também o serviço de Tradutores Intérpretes de Libras (TILS) (UFPB, 2022).

Conforme pesquisa documental, foi levantado ainda que o CIA trabalha com um quadro restrito de servidores comparado ao volume de demandas, onde possui representantes do Comitê em diversos espaços da UFPB, subdivididos por cargos e setores, quanto aos representantes do Campus I, apresenta-se: 1 coordenador, 1 vice-coordenadora , 2 assistentes administrativo, 1 psicóloga, 12 membros representantes, 7 intérpretes de Libras, 9 membros consultores, 4 revisores braille.

Além do mais, todos os atendimentos prestados pelo CIA deram continuidade às suas atividades no período pandêmico, inclusive com a elaboração do Sinalário COVID-19 e Tutorial para fabricação de Máscara Acessível, pensado e criado para que os alunos surdos tivessem acesso às informações da pandemia, sob iniciativa dos intérpretes de Libras.

Em suma, o trabalho do CIA tem um impacto fundamental para a inclusão e permanência dos estudantes com deficiência na UFPB, considerando as práticas remotas e presenciais, diante de todas as atividades prestadas ao seu público alvo. Além disso, as atividades desenvolvidas pelos Grupos de trabalho GTs arquitetônico, atitudinal, pedagógico e comunicacional, são essenciais para a promoção e efetivação de uma Universidade Inclusiva, trabalhando para eliminação das barreiras, incentivando a comunidade acadêmica a abolir toda e qualquer forma de exclusão.

A partir das informações coletadas sobre ambos os núcleos de inclusão, percebemos que o NAI e o CIA deram continuidade às atividades de inclusão e acessibilidade, sendo iniciativas primordiais para a permanência dos discentes com deficiência na UFAC e na UFPB, permitindo que esses alunos pudessem continuar os estudos durante o delicado período pandêmico.

No entanto, apenas no site oficial do NAI foi possível visualizar a elaboração de um documento norteador para que todos os docentes encontrassem estratégias acessíveis de tornar o ensino remoto mais inclusivo para todos os educandos com deficiência, com a produção do Guia de Orientação e Acessibilidade no Ensino Remoto, necessário para a promoção da inclusão no âmbito educacional.

Por sua vez, o CIA tem oferecido formação continuada a docentes universitários - Curso: Aperfeiçoando a prática docente com vistas a inclusão de estudantes com deficiência na Universidade. Além disso, o CIA elaborou uma cartilha orientadora direcionada aos docentes universitários apresentando estratégias de comunicação, estratégias didáticas e outros recursos para o Ensino Remoto e inclusão de estudantes surdos, o Sinalário COVID-19 e Tutorial para fabricação de Máscara Acessível com o objetivo de “divulgar informações sobre a temática do Coronavírus aos surdos que não estão tendo acesso à comunicação assistiva neste período de pandemia” (UFPB, 2020).

No entanto, o site do CIA possui documentos muito desatualizados do ano de 2016 a 2020 e de difícil acesso, para localizar as cartilhas e manuais de orientação foi feita buscas em diversas abas, porém tais documentos deviam estar sinalizado na página inicial, que devido a sua importante tornariam as informações mais acessíveis.

Outro aspecto a ser comparado relaciona-se a estrutura física dos núcleos, considerando que, enquanto a sede do NAI contempla um edifício com dois pavimentos (imagem 1 em anexo), nos quais distribui todos os serviços ofertados, o CIA possui apenas um sala situada na reitoria (imagem 2 em anexo), onde ocorrem as ações administrativas, sendo os demais serviços ofertados em outros setores da universidade.

Todas essas medidas se fazem necessárias para tornar o ensino superior mais acessível e acolhedor para os estudantes com deficiência. Ciantelli e Leite destacam que os núcleos de acessibilidades foram criados, “em diferentes regiões do país se mostram como uma resposta das IES para dar suporte educacional e social para essa demanda populacional. Eles visam promover ações institucionais que garantam a inclusão” (2016, p. 417).

Por esta razão, acreditamos ser de grande importância manter e ampliar os serviços desenvolvidos por esses núcleos, tendo como consequência uma melhoria na inclusão dos estudantes acompanhados nestes espaços.

4.4 Desafios e barreiras para inclusão e acessibilidade

Nesta seção, trataremos os desafios e barreiras a serem superados conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), desenvolvido por ambas as instituições estudadas.

O PDI é um documento de planejamento e metas das ações de políticas das IES, com um período definido de cinco anos após a sua elaboração, seguindo as orientações do Decreto nº 9.235/2017 e do PNE (2014-2024). A UFAC utiliza o seu PDI para nortear os centros e outras unidades sobre as metas e estratégias inclusivas conforme previsto em seu Regimento Geral (2013):

Art. 157. A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é o órgão responsável pelo planejamento e execução da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Acre. Tem como finalidade promover ações afirmativas de acesso e inclusão social que buscam garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes.

É importante conhecer o PDI das IES e visualizar as metas almejadas para a eliminação de barreiras, conforme os apontamentos da comunidade acadêmica como alunos, professores, técnicos e outros. As metas estratégicas do PDI/UFAC (2020-2024), tratam das ações voltadas aos estudantes com deficiência, assegurando: “Atender 100% da demanda dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (UFAC, 2019).

O PDI/UFAC detalha ainda, as seguintes ações a serem desenvolvidas:

- Realização de reuniões de sensibilização com as coordenações de cursos e unidades demandadas.
- Assessoramento dos estudantes com tradutor intérprete de libras, revisor de textos braille, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, técnicos em assuntos educacionais e assistentes administrativos.
- Aperfeiçoamento dos grupos de estudo para promover momentos de discussão, reflexão e aprendizagem aos bolsistas do Núcleo de Apoio à Inclusão – NAI.
- Ampliação da quantidade de equipamentos do Laboratório de Tecnologia Assistiva.
- Reestruturação e fortalecimento da comissão de acessibilidade.
- Melhoria da acessibilidade dos espaços físicos e comunicacionais.
- Promoção de campanha de divulgação dos serviços(2019, p. 82).

Dessa forma, o PDI da UFAC e a efetivação de suas metas, podem ser considerados um instrumento o qual favorece a universidade inclusiva e a implementação das políticas de inclusão acadêmica.

Por sua vez, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB, apresenta as definições sobre as perspectivas políticas e acadêmicas, em defesa da formação profissional e da produção, construção e disseminação do conhecimento “com qualidade técnica, compromisso social e ético e que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da Paraíba, do Nordeste e do Brasil” (UFPB, 2018).

O PDI/UFPB foi definido para o período de 2019 a 2023, o qual, segue orientações do Ministério da Educação (MEC) conforme o Decreto nº 9.235/2017, possuindo metas vinculadas ao Plano Nacional de Educação (PNE) e detalha a meta sobre a “Inclusão Social e Promoção da Acessibilidade” dos discentes como sendo a meta P9 da Universidade, na qual consta as seguintes orientações.

- Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afro descendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;
- Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;
- Institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- Promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

- Manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

Ao observarmos as metas definidas pelo PDI/UFPB, identificamos as diferentes ações voltadas para comunidade acadêmica, dando importância às individualidades de cada um, de modo que as barreiras arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais e de comunicação, sejam superadas gradativamente.

No mais, consideramos inclusivos os Planos de Desenvolvimento Institucional de ambas as Universidades analisadas com ações afirmativas voltadas para os estudantes com deficiência. Visto que, em seu planejamento a UFAC fomenta as atividades especificamente voltados para alunos com deficiência através do “Programa de Assistência Estudantil executado conjuntamente pela Diretoria de Apoio Estudantil (DAE), Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE) e Núcleo de Apoio à inclusão (NAI)” (UFAC, 2020, p. 77).

Por sua vez, a UFPB se debruça para ampliar as políticas de acesso e permanência de todas as minorias no ensino superior com políticas de inclusão social, contemplando também os estudantes com deficiência, conforme listadas nas Diretrizes para a Política de Inclusão Social e Promoção da Acessibilidade na UFPB (UFPB, 2019).

Além disso, constatamos que tanto a UFAC quanto a UFPB buscam eliminar as barreiras, através de planejamentos e orientações embasadas no PDI, como sendo o documento oficial e norteadores dessas estratégias. Essas medidas preparam, “condições de acessibilidade, a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viverem de forma independente e participarem plenamente de todos os aspectos da vida” (SANTOS, 2016, p .65).

Acreditamos que, sem a garantia de tais condições, o processo de inclusão de estudantes com deficiência e outros grupos minoritários torna-se severamente afetado.

4.5 Ações inclusivas concretizadas

Esta seção expõe as ações inclusivas concretizadas nos últimos cinco anos de atividades dos núcleos na UFAC e na UFPB, a qual exibirá desde

atitudes pedagógicas à ações sociais, necessárias para a promoção da permanência e participação plena dos estudantes com deficiência nas universidades.

O NAI oferece serviços aos alunos com deficiência visual, como a adaptação de material de audiodescrição, materiais didáticos nos formatos em braille, revisores de textos braille, textos ampliados e descrições de materiais didáticos. Oferece também serviços de fisioterapia que promovem os atendimentos nas áreas de Ortopedia, Traumatologia e Neurologia para os casos de pequena e média complexidade, com prioridades aos alunos matriculados no NAI, como é descrito no PDI da UFAC e em seu site..

No âmbito da aprendizagem o NAI oferece aos professores e bolsistas, acompanhamento pedagógico com orientações sobre as adaptações de materiais e recursos pedagógicos especializados. Bem como, o Serviço de Atenção Psicológica - SAP que atende a toda comunidade acadêmica, mas também prioriza os alunos matriculados no NAI, com serviços individualizados (UFAC,2019).

Visando fortalecer as ações inclusivas, principalmente no período pandêmico, o NAI elaborou no ano de 2020, como mencionado anteriormente, um guia de orientação acessibilidade no ensino remoto, contendo orientações básicas de recursos pedagógicos acessíveis sobre cada deficiência para o Ensino Remoto Emergencial (ERE), na âmbito da deficiência visual as orientações são:

- Aluno com baixa visão: necessita de material ampliado; este tenha mais tempo para a realizar a organização e posterior discussão
- Priorizar a oralidade para o aluno responder as questões;
- Evitar mudanças de horários nas aulas síncronas (web conferências);
- Oferecer tempo adicional para entrega de trabalhos, bem como nas avaliações.
- Aluno com cegueira: necessita de material digital acessível (PDF pesquisável) ou Braille;
- Slides: optar por cores que contrastem (verificar a especificidade do aluno), fontes ampliadas e realizar a descrição das imagens para o aluno entender o contexto;
- Vídeos: dublados em português. Se não houver audiodescrição no vídeo, é importante que o monitor do estudante ou outra pessoa disponível fique ao lado deste a fim de realizar a descrição;
- Disponibilizar o material com antecedência ao estudante, para que este tenha mais tempo para realizar a organização e posterior discussão nas aulas;
- Não disponibilizar arquivos PDF gerados em smartphones;
- No início da aula o roteiro das atividades e ações que serão desenvolvidas no dia, sejam elas síncronas ou assíncronas. E ao final da aula não esquecer de sempre mostrar em forma de tópicos a sequência e a relação dos conteúdos ministrados;
- Evitar a orientação quanto a

gestos de direcionamento no quadro ou slide (Ex: aqui, ali, acolá, etc.); • Conforme a necessidade educacional do aluno, promover atividades avaliativas orais, de múltipla escolha, digitadas; • Conforme solicitação do aluno, oferecer tempo adicional para entrega de trabalhos, bem como nas avaliações escritas em sala de aula (UFAC, 2020).

Essa foi uma maneira de orientar e assessorar coordenadores, professores e técnicos a criarem materiais e recursos acessíveis que favorecessem a permanência dos estudantes com deficiência na universidade, chamado de adaptação razoável, promovendo equidade e inclusão (UFAC, 2020).

Sobre os atendimentos do Núcleo de Apoio à Inclusão nos anos de 2020 e 2021, foram contemplados 1028 alunos com os serviços do NAI, muito importantes para o desenvolvimento acadêmico desse grupo, trabalhando para minimizar a desigualdade e exclusão, conforme é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 6: Serviços ofertados pelo NAI/UFAC

Serviço	2020	2021
Fisioterapia	79	7
Fonoaudiologia	151	2
Especializado (material, oficina etc)	124	116
Tradução e Interpretação de Libras	50	499
Total	404	624

Fonte: UFAC em números, 2021.

Outra medida de inclusão essencial para promover a permanência dos alunos com deficiência na UFAC foi o projeto do Laboratório de Tecnologia Assistiva que encontra-se em fase de execução realizando ações, tais como: a contratação de pessoal especializado; a aquisição de equipamentos; e melhorias de acessibilidade, conforme encontra-se nas metas e estratégias do PDI 2019, para ser alcançado até 2024 (UFAC, 2019).

Por sua vez, a UFPB também oferta oficinas de braille, promovidas pelo NEDESP, o setor Braille na Biblioteca Central que também realizam a impressão de materiais em braille, em formato ampliado, além de audiodescrição dentre outras adaptações de materiais no propósito de torná-los acessíveis (UFAC, 2019).

O CIA também possui uma vasta oferta de serviços para o seu público alvo, por meio dos GTs e dos diversos programas, como o Projeto Criativa Terapia Ocupacional em Saúde Mental; adaptação de materiais didáticos e elaboração de materiais individualizados de estudo; avaliação e acompanhamento para identificação de demandas e seleção de produtos de Tecnologia Assistiva; encaminhamentos para avaliação audiológica no setor de Audiologia da Clínica Escola, entre outros (UFPB, 2022).

Ao pesquisarmos sobre as ações inclusivas na UFPB, que contemplasse os estudantes com deficiência em atendimento pelo CIA, identificamos 516 registros de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), solicitantes de acompanhados pelo comitê, no entanto, os documentos oficial frisa que os números de atendimento: “Não necessariamente correspondem a mesma quantidade de alunos, já que um discente pode ter uma ou mais NEE cadastrada” (UFPB, 2022).

Tendo como objetivo garantir a inclusão e permanência dos estudantes com deficiência na universidade, o CIA promove os seguinte serviços:

- a) Validação de Laudo Médico no Cadastramento do SISU;
- b) Avaliação de Terapia Ocupacional;
- c) Envio de avaliação de Terapia Ocupacional, com as especificações do aluno para a Coordenação do curso;
- d) Intervenção nos Centros e Departamentos;
- e) Encaminhamento para atendimento com especialistas (Clínica de Psicologia, Psiquiatria, Hospital Universitário – H.U, Centro de Referência de Atenção à Saúde - CRAS, Grupos de Apoio, Clínica de Terapia Ocupacional, etc.);
- f) Atendimento clínico de Terapia Ocupacional;
- g) Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência - PAED
- h) Fiscalização e reavaliação dos estudantes do programa aluno apoiador;
- i) Equipe de Intérprete de LIBRAS (Salas de aula, materiais, eventos, etc. da UFPB).
- j) Equipe de Revisores de Braille (NEDESP e Biblioteca Central da UFPB). (NETO, 2021, p. 98)

Numa visão geral sobre o número de atendimentos contemplados pelo CIA no período de 2022.1, o documento denominado CIA em Números destaca: a terapia ocupacional com 51 atendimentos realizados e 30 encaminhamentos para diversos especialistas; o LAVITA com 9 atendimentos realizados, 7 concluídos e 2 não finalizados; o LACESSE com 7 atendimentos realizados, 6 atendimentos finalizados e 1 não finalizado; o CAPPE com 15 atendimentos realizados, 9 concluídos, 6 não finalizado;

SIUD com 23 atendimentos realizados, 23 concluídos, 0 não finalizado; NEDESP com “10.204 páginas adaptadas de artigos, capítulos e livros acadêmico, seguida de envios, impressões e transcrições, em tinta ou em braile e dezessete oficinas de capacitação sobre iniciação ao braile, tecnologias assistivas, audiodescrição e orientação e mobilidade” (UFPB, 2022).

Portanto, em ambas as Universidade há a oferta de oficinas sobre o braile, para alunos videntes, com o objetivo de apresentar aos alunos de pedagogia esse sistema, trazendo noção de leitura e escrita, além de reflexões sobre a funcionalidade e importância desse sistema para seus futuros alunos, através desse contato inicial.

Assim sendo, o trabalho do NAI e do CIA são necessários para o sucesso e a permanência dos estudantes com deficiência e oferecem apoio além dos atendimentos educacionais, com encaminhamentos para outros núcleos da áreas da saúde, como psicologia, psiquiatria, oftalmologia, fonoaudiologia e outros.

Sobre as divergências, podemos destacar que o NAI tem uma demanda quantitativa menor e por isso tem um trabalho centralizado, justamente por ser uma instituição mais nova e estruturalmente menor que a UFPB, dessa forma o CIA amplia o seu atendimento para outros setores parceiros como o NEDESP, descentralizando os atendimentos.

Por fim, ressaltamos que ambos os núcleos de inclusão e acessibilidade promovem a base da inclusão que “consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem”(MIRANDA; ROCHA, 2009, p. 30).

Desta forma, consideramos efetiva as iniciativas inclusivas dos núcleos estudados, ainda que haja melhorias a serem alcançadas, é notório que o trabalho destes núcleos maximiza as possibilidades de sucesso dos estudantes com deficiência em ambas as universidades , apesar dos inúmeros desafios que ainda precisam ser enfrentados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pelo NAI/UFAC e pelo CIA/UFPB junto a gestão universitária, trabalham em prol da garantia dos direitos de seus estudantes com deficiência, oferecendo condições para que possam prosseguir no curso superior, fortalecendo assim as políticas inclusivas voltada para uma universidade mais acolhedora, dado que, a ausência dessas ações e da preocupação em fazer cumprir os marcos regulatórios, torna ainda mais desafiadora a permanência desse grupo nos espaços acadêmicos.

Os resultados iniciais desta pesquisa demonstram que, com o grande aumento das matrículas de estudantes com deficiência visual, nos cursos de pedagogia e no ensino superior em geral, destacam-se a relevância das ações desenvolvidas pelos núcleos de inclusão e acessibilidade, sendo uma importantíssima iniciativa das IES no sentido de fortalecer a participação e permanência destes estudantes.

Concluimos ainda que, o NAI e o CIA atuam de maneira diferenciada, onde o primeiro possui ações centralizadas de suas atividades e o segundo conta com o apoio de setores parceiros, caracterizando um perfil descentralizado de suas ações gestoras. O que pode ocorrer em razão de um maior número de estudantes acompanhados pelo CIA, ou por uma concepção de inclusão ou ainda pela ausência de uma estrutura física mais ampla.

No mais, os núcleos de acessibilidade são unidades administrativas onde a centralização ou descentralização dos serviços não se configura como uma concepção inclusiva ou segregadora, mas que torna os modos operante de trabalho distintos, principalmente quando observamos que os estudantes com deficiência em maioria possuem dificuldades de locomoção e a centralização dos serviços pode ser considerada uma ponto de referencia para solicitar suporte técnico ou pedagógico.

De todo modo, nota-se que ambos seguem e respeitam as orientações nacionais a respeito do ingresso e permanência dos discentes com deficiência, por meio das mais diversas iniciativas, oferecendo-lhes

atendimento educacional, apoio pedagógico, direcionamento para outros núcleos na área da saúde, como terapia ocupacional, psicologia, psiquiatria, oftalmologia, fonoaudiologia e outros, quando necessário.

Entretanto, apesar dessas iniciativas, observa-se que as práticas segregadoras ainda estão muito presentes nas IES analisadas. Com a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, esperamos evidenciar ações positivas no sentido de assegurar a inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência visual nos cursos de pedagogia.

Nesta perspectiva, esperamos contribuir para fortalecer as discussões na área de Educação Especial, compreendendo que mais que um trabalho acadêmico, esta é uma ação de responsabilidade social de grande relevância para nós futuros profissionais de educação que, na educação básica ou ensino superior, receberemos estudantes com deficiência.

Gostaríamos de destacar ainda, que a intenção desse Trabalho de Conclusão de Curso, não é promover a discussão ou a reflexão de novas políticas inclusivas, apesar da sua importância. Mas sim, colocar em pauta as ações positivas que assegurem o apoio aos estudantes com deficiência visual no ensino superior, do ingresso à permanência, de modo que o respeito aos seus direitos e as garantias já conquistados até aqui não se percam.

Por fim, frisamos nossa imensa alegria em desenvolver esta pesquisa, que julgamos necessária no ambiente acadêmico, como forma de torná-lo um espaço mais acessível e inclusivo, apesar de reconhecermos todos os avanços conquistados durante os anos para que as iniciativas supracitadas fossem concretizadas, ainda há muitas políticas de inclusão e acessibilidade que não conseguiram sair do papel, tornando necessário os estudos sobre o desenvolvimento e a efetivação dessas políticas nas Universidades. De todo modo, esperamos contribuir para reflexões acerca da Inclusão no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. O. ; ZARDO, Sinara Pollom . **Estudantes com deficiência visual na educação superior: marcos legais, serviços e recursos de acessibilidade.** In: Eliamar Godoi; Eliana Lucia Ferreira; Flávio Iassuo Takakura. (Org.). Análise das políticas públicas de inclusão e o diálogo entre os diversos atores do processo educacional. 1ed. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2019, v. 1, p. 135-148.

BARBOSA, Luciane Maria Molina; GUEDES, Denyse Moreira. **DEFICIENTE VISUAL NO ENSINO SUPERIOR E A ACESSIBILIDADE COM O AUXÍLIO DOS DOCENTES.** 19. ed. Guarulhos: Revista eletrônica Intr@ciência, 2020.

BEZERRA, M. L. E. **Olhos de Minerva.** 1º ed. Curitiba: Appris, 2017.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

_____. **Decreto nº 7.611 de 17 de Novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011.

_____. **Lei nº 10.753 de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

_____. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 23 de abr. de 2023.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1961.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Aviso Circular nº 277.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf> . Acesso em 22 abr. 2023.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, janeiro de 2008.

_____. Ministério da Educação. **Portaria no 1.679, de 2 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF: MEC, 1999b.

_____. Ministério da Educação. **Portaria no 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 11 nov. 2003.

_____. Programa Incluir. **Documento Orientador Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior.** Brasília: SECADI/SESu:2013

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. **Ações exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras.** Rev. Brasil. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, Jul.-Set., 2016.

Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso a Qualidade (1994). **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção.** SALAMANCA: UNESCO. 1994.

COSTA, Muriel Paulino. **Inclusão no Ensino Superior? Percepções dos Estudantes com Deficiência da Universidade Federal de Campina Grande - Campus Campina Grande**. Dissertação (Mestrado Profissional). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - MPPGAV. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2021. p 170. 2021.

DINIZ, A.; FREITAS, C. G. de.; OLIVEIRA, V. N. da S. **O contexto educacional das pessoas com deficiência visual em duas instituições de ensino públicas federais de Rio Branco/AC : traços de uma narrativa na voz reflexiva na Amazônia ocidental**. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 10, n. 00, p. e024007, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v10i00.8663742. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8663742>. Acesso em: 21 abr. 2023.

FARIAS, Adenize Queiroz de. **Gênero e deficiência: uma história feminina de ruptura e superação de vulnerabilidade**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FARIAS, Adenize Queiroz de. **Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversando sobre iniciação à pesquisa científica**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

JANUÁRIO, Geane de Oliveira. **O Direito à Educação no Ensino Superior de Pessoas com Deficiências**. Campinas: Revista Internacional de Educação Superior, v.5, p. 1 - 26, 2019.

JUSTUS, Michéle Barreto (org.). **Políticas públicas na educação brasileira: caminhos para a inclusão 3**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

NETO, Paulino Joaquim da Silva. **INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB para o acesso e a permanência**. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

OLIVEIRA, Maria Auxileide da Silva. **INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE: Panorama e**

perspectivas. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEd. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2020. p 191

OLIVEIRA, M. A. da S.; MAGALHÃES, R. de C. B. P. **Inclusão na Educação Superior: O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFAC.** REVISTA AMAZÔNIDA v. 4, n. 2, 2019 [e-ISSN: 2527-0141]

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 4. ed. [3. Rempr.]. São Paulo: Atlas, 2019.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Therezinha Guimarães. **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: uma análise de seu acesso e permanência.** In: DÍAZ, Félix; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma; MIRANDA, Theresinha organizadores; autores, SANTOS, Elias Souza dos ... [et al.].(org) Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. - Salvador: EDUFBA, 2009. 354p.

SANTOS, Martinha Clarete Dutra dos . **Do Direito à Educação.** In: SETUBAL, Joyce Marquezim; FAYAN, Regiane Alves Costa (org). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Comentada.** Campinas: Fundação FEAC, 2016.

SILVA, A. S. T. **INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS: um estudo comparado entre o Instituto Federal do Amapá e o Instituto Federal de Brasília.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - PPG/FE/UnB. Brasília. 2022. p 147

SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone. **INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2022. p. 222

TORRES, Josiane Pereira; SANTOS, Vivian. **Conhecendo a deficiência visual em seus aspectos legais, históricos e educacionais.** UFSCar. SÃO CARLOS. 2015.

UFAC. Ministério da Educação. **Guia de Orientação Acessibilidade no Ensino Remoto 2020.** Rio Branco. 2020. Disponível em: <<https://www.ufac.br/site/ufac/proaes/nai/guiaorientacaoacessibilidade.pdf>> Acessado em :05 de abr. 2023. 44f

_____. Ministério da Educação. **Núcleo de Apoio à Inclusão - NAI**. Rio Branco. Disponível em: <<https://www.ufac.br/site/ufac/proaes/nai#wrapper>> Acessado em :05 de abr. 2023.

_____. Ministério da Educação. **UFAC em números 2020**. Rio Branco. Disponível em: <<https://www.ufac.br/site/ufac/proplan/ufac-em-numeros/ufac-em-numeros-2020.pdf>> Acessado em :05 de abr. 2023. 103f

_____. Ministério da Educação. **UFAC em números 2021**. Rio Branco. Disponível em: <<https://www.ufac.br/site/ufac/proplan/ufac-em-numeros/ufac-em-numeros-2021.pdf/view>> Acessado em :05 de abr. 2023. 103f

_____. Ministério da Educação. **Estatuto da Universidade Federal do Acre**. Rio Branco. Disponível em: <<http://www2.ufac.br/ccsd/enfermagem/estatutoufac.pdf/>> Acessado em :05 de abr. 2023. 25f

_____. **PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA (2014 - 2023)**. Rio Branco. 2013. Disponível em: <<https://www.ufac.br/transparencia/sobre/documentos/documentos/ufac-2014-2023-gestao-estrategica.pdf>> Acessado em :06 de abr. 2023. 151f

_____. PDI - 2020 a 2024. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Acre para o período de 2020 a 2024**. www.ufac.br. Rio Branco, AC. 2019. 191f

_____. **Regimento Geral da Universidade Federal do Acre**. Rio Branco: Ufac, 2013. 120f

UFPB. **POLÍTICA DE INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA: EM FOCO AS AÇÕES DO COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE**. RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA APROVADA NO COEP, SOB nº CAAE 17450719.2.0000.5188. Areia: Ufpb, 2020. 61f

_____. PDI - 2019 a 2023. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Paraíba para o período de 2019 a 2023**. www.ufpb.br. João Pessoa, PB. 2018. 237f. Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi-old/pdi_2019-2023_posconsuni-1.pdf> Acessado em 04 de maio de 2023.

_____.Ministério da Educação. **CIA em Números - ano 2022**. João Pessoa, PB. 2022. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/cia-em-numeros-2022.pdf>> Acessado em: 07 de maio de 2023.

_____.Ministério da Educação. **Comitê de Inclusão e Acessibilidade - CIA**. João Pessoa, PB. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/cia>> Acessado em :07 de maio. 2023.

_____.Ministério da Educação. **Levantamento Anual de discentes ativos (Graduação e Pós) com NEE - por Centro e Curso - NOV 2021**. João Pessoa, PB. Disponível em :<<https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/levantamento-anual-discentes-ativos-graduacao-e-pos-com-nee-por-centro-e-curso-nov-2021.pdf/view>> Acessado em: 07 de maio de 2023.

_____.Ministério da Educação. CIA/UFPB. **SINALÁRIO COVID-19**. 2020. João Pessoa, PB. Disponível em:<<https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/sinalario-libras-covid-19-ufpb.pdf>> Acessado em :09 de maio. 2023.

ANEXOS

Imagem 1: Foto da fachada do NAI/UFAC

Descrição: Foto lateral da fachada do NAI, um estrutura de dois pavimentos com acabamento em tijolos vermelhos e a entrada com paredes de vidro.



Fonte: arquivo pessoal.

Imagem 2: Foto da entrada da sala onde funciona o CIA/UFPB

Descrição: Foto porta de entrada onde funciona o CIA/UFPB, localizado no prédio da reitoria.



Fonte: arquivo pessoal.